

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC FELIPE NAZARETH DAS CHAGAS

OPERAÇÕES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA:

Características e emprego dos meios navais frente às novas ameaças.

Rio de Janeiro

2020

CC FELIPE NAZARETH DAS CHAGAS

OPERAÇÕES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA:

Características e emprego dos meios navais frente às novas ameaças.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do Curso
de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF(FN) Rafael Pires

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2020

AGRADECIMENTOS

Ao bom Deus, por ter iluminado meus caminhos durante todo meu percurso até aqui e por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

À minha amada esposa Marcelle, pelo carinho e apoio incondicional.

Às minhas filhas Clarisse e Maria Alice pelas alegrias e diversões nos momentos onde eu buscava forças para seguir em frente.

Aos meus pais Jorge e Sonia pelos ensinamentos e a presença constante.

Ao meu orientador, o CF(FN) Rafael Pires, pelo suporte no tempo que lhe coube, pelas precisas orientações, ensinamentos e paciência durante a elaboração da dissertação.

E enfim, a todos àqueles que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

Considerando as características peculiares da região amazônica, que dificultam a implementação de uma sólida política de defesa nacional, esta pesquisa se propõe a analisar os obstáculos encontrados pelo Comando do 9º Distrito Naval no enfrentamento às novas ameaças existentes em sua área de jurisdição. Além disso, será apresentada a questão da defesa da região amazônica sob dois aspectos: a) à luz da Estratégia Nacional de Defesa, analisando a capacidade dos atuais meios navais, em especial dos navios da Marinha do Brasil que estão subordinados ao Comando do 9º Distrito Naval; e b) Apresentar um estudo comparativo, utilizando como exemplo a guerra do Vietnã (1959 à 1975). Dessa forma, a pesquisa buscará relacionar como uma das causas dessa dificuldade e baixa efetividade no cumprimento das tarefas, as atuais características dos meios navais, que são inadequados frente à presença de novas ameaças no ambiente ribeirinho.

Palavras-chave: Amazônia. Soberania. Novas ameaças. Marinha do Brasil. Meios navais. Guerra do Vietnã. Operações Ribeirinhas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Região hidrográfica amazônica.....	46
FIGURA 2 – NPaFlu Classe Pedro Teixeira.....	47
FIGURA 3 – NPaFlu Classe Roraima	48
FIGURA 4 – NAsH Classe Oswaldo Cruz.....	49
FIGURA 5 – NAsH Classe Dr. Montenegro	50
FIGURA 6 – NAsH Classe Soares de Meirelles	51
FIGURA 7 – Militar da Marinha dos EUA guarnecendo uma metralhadora de calibre .50 de uma Lancha de Patrulha Fluvial (PBR) em uma hidrovia do Delta do Mekong.....	52
FIGURA 8 – Lancha de Patrulha Fluvial (PBR) em uma hidrovia do Delta do Mekong.....	53
FIGURA 9 – Coluna de embarcações blindadas da Marinha dos EUA, em uma patrulha no Delta do Mekong.	54
FIGURA 10 – A Embarcação de Comando e Controle (CCB) do Grupo de Tarefas 117.2 se prepara para atracar em Rach Soi, no Delta do Mekong.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

C2 –	Comando e Controle
ComFlotAM –	Comando da Flotilha do Amazonas
Com9°DN –	Comando do 9° Distrito Naval
COTECMAR –	Corporación de Ciencia y Tecnología para el Desarrollo de la Industria Naval Marítima e Fluvial – Corporação de Ciência e Tecnologia da Indústria Naval Marítima e Fluvial
ETT –	Embarcação de Transporte de Tropa
END –	Estratégia Nacional de Defesa
EUA –	Estados Unidos da América
LPR –	Lanchas Patrulheiras de Rio
MB –	Marinha do Brasil
NAsH –	Navio de Assistência Hospitalar
NPaFlu –	Navio-Patrolha Fluvial
GLO –	Garantia da Lei e da Ordem
SGM –	Segunda Guerra Mundial
URSS –	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. A REGIÃO AMAZÔNICA E AS NOVAS AMEAÇAS.....	10
2.1 A geopolítica estratégica da Amazônia.....	10
2.2 A soberania e a END.....	13
2.3 As novas ameaças.....	16
3. A ATUAÇÃO DOS NAVIOS DA MB NA AMAZÔNIA	20
3.1 As características atuais dos navios da MB que operam na região.....	20
3.2 A atuação frente às novas ameaças.....	26
4. A GUERRA DO VIETNÃ	31
4.1 Dos antecedentes ao total envolvimento dos EUA na Guerra do Vietnã	31
4.2 Utilização da doutrina de OpRib norte-americana frente ao inimigo.....	35
5. CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS	44
ANEXO	46

1 INTRODUÇÃO

A Região Amazônica Brasileira contempla a maior reserva de floresta tropical úmida do mundo. Nessa vasta extensão de terreno, permeada por inúmeros rios e igarapés, encontramos uma bacia hidrográfica que contempla cerca de 12% da reserva mundial (BRASIL, 2020). Seus recursos naturais incluem consideráveis estoques de madeira, borracha, castanha, peixe e minérios, representando uma abundante fonte de riqueza natural. Essas características da região são acompanhadas por vazios demográficos, oriundos de um histórico de ocupação que não logrou êxito, apesar de terem sido adotadas políticas de ocupação concomitantes ao desenvolvimento regional. Fato esse que culmina na ausência do Estado brasileiro, no que tange à fiscalização e assistência à população, que se concentra, principalmente, pelas margens dos rios, consideradas como vias naturais de acesso.

A peculiaridade da região Amazônica dificulta a implementação de uma sólida política de defesa nacional. Assim, esta pesquisa possui o propósito de analisar as dificuldades encontradas pelo Comando do 9º Distrito Naval (Com9ºDN) no enfrentamento das novas ameaças existentes em sua área de jurisdição. Além disso, buscará relacionar como uma das causas dessa baixa efetividade no cumprimento das tarefas, as atuais características dos meios navais, como sendo inadequados frente à presença de novas ameaças no ambiente ribeirinho.

Para tal, tem-se a pretensão de atingir os seguintes objetivos específicos: identificação das novas ameaças existentes na região Amazônica; identificação do contexto estratégico das áreas ribeirinhas pertencentes ao Com9ºDN ao apresentar a forma de atuação de nossos navios, frente às novas ameaças; e a análise da estratégia e a doutrina de operações ribeirinhas norte-americanas na Guerra do Vietnã (1959 a 1975), referentes à utilização de meios navais. Esse conflito proporcionará uma análise do ambiente ribeirinho, além de apresentar a postura norte-americana em relação ao desdobramento de suas forças na região do Delta do Mekong.

Nesse sentido, o estudo comparativo irá elucidar possíveis características que sejam adequadas aos meios navais da Marinha do Brasil (MB) para atuação nas áreas ribeirinhas da região amazônica, considerando as novas ameaças. Para tal, serão apresentados nos capítulos seguintes: a forma como a região amazônica passa a sofrer influência direta de atores externos e do crime organizado; a atuação dos navios da Marinha do Brasil, frente aos anseios estratégicos brasileiros; como se desenvolveu a Guerra do Vietnã, na tentativa de buscar fatos que justifiquem uma concepção de meios navais adequados, visando uma melhor reação com uso gradual da força; e, por meio de uma conclusão, serão descritas as características necessárias dos navios da MB para atuação nas áreas ribeirinhas da região amazônica.

2 A REGIÃO AMAZÔNICA E AS NOVAS AMEAÇAS

Este capítulo tem por objetivo apresentar a importância da floresta Amazônica, por conta do seu potencial para recursos naturais e minerais e, além disso, descrever como as extensões territoriais, aliadas aos extensos vazios demográficos representam uma das problemáticas de maior importância para o Brasil.

Por estar presente em vários outros países, sejam eles, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e França (Guiana Francesa), a cooperação internacional se faz necessária, a fim de tentar diminuir as áreas sem fiscalização. Veremos, neste segundo capítulo, aspectos históricos da região, desenvolvimento, importância econômica e a cobiça internacional, que geram riscos à soberania e aos mecanismos de defesa previstos na Estratégia Nacional de Defesa (END).

Além disso, iremos perceber que a região amazônica passa a sofrer influência direta de atores externos em relação aos cuidados na sua preservação ambiental, bem como, será observada uma série de atividades ilícitas, fruto da expansão do crime organizado e do narcotráfico na região.

2.1 A GEOPOLÍTICA ESTRATÉGICA DA AMAZÔNIA

No histórico de ocupação da Região Amazônica Brasileira estão presentes a questão da localização geográfica, bem como a dimensão territorial, que atravessa quase completamente a América do Sul em sua porção centro-norte, do Oceano Atlântico à Cordilheira dos Andes, ocupando áreas em nove países.

A Amazônia possui uma biodiversidade extensa, com espécies de plantas e animais contadas nas casas dos milhares ou, até mesmo, dos milhões (BRASIL, 2010). Sua influência sobre o clima do continente é grande e suas reservas de água potável representam um quinto da reserva mundial (CAERD, 2018). Nesse contexto, o Com9ºDN, que representa a MB na região,

possui considerável responsabilidade, pois contribui na integridade territorial, na defesa das nossas fronteiras e no cumprimento da legislação brasileira. Além disso, eventualmente, recebe a tarefa de realizar o combate de atividades ilícitas que ocorrem na região.

A Bacia Amazônica foi formada há cerca de vinte milhões de anos, com o enrugamento da crosta terrestre e o levantamento da Cordilheira dos Andes, que interromperam a comunicação que havia entre os oceanos Atlântico e Pacífico. As águas represadas do mar que existiam na região escoaram pela longa calha formada e pela qual flui, atualmente, o rio Amazonas. Fósseis e grandes jazidas de sal-gema, além do terreno arenoso, comprovam que, efetivamente, existiu um antigo mar na atual região amazônica. Essa composição deu origem à riqueza e diversidade da região¹.

Desde o século XVI, quando os europeus chegaram ao Rio Amazonas, povos indígenas já habitavam o local. No século XIX, a Amazônia era composta principalmente por indivíduos miscigenados (índios, brancos e negros), os quais deixaram de concentrar seus esforços na coleta de produtos naturais e na agricultura para viver em função do grande ciclo econômico da borracha. Esse ciclo enriqueceu os barões de Manaus e promoveu o desenvolvimento arquitetônico e cultural dessa principal cidade.

Em meados do século XX, a supremacia da borracha brasileira sofreu forte declínio com a concorrência promovida pelo látex explorado no continente asiático. Seringais foram plantados na Malásia, no Ceilão e na África tropical durante o período de crescente valorização da borracha no cenário internacional. Em decorrência de tal fato, a brusca queda do valor de mercado fez com que a venda da produção nacional de borracha fosse comercializada com valores muito abaixo do investimento empregado na produção².

¹ (<https://geografia10.webnode.com.br/relevo-e-geologia/>)

² (<http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/acervo-projetos-cartilhas-outros/>)

Após a crise do ciclo da borracha, a Amazônia entrou num período de estagnação e, assim, na primeira metade do século XX, ficou distante e esquecida do restante do Brasil. Somente a partir de 1960, por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), o governo ofereceu uma série de incentivos aos interessados em produzir na região, o que contribuiu na integração nacional, e esta, aliada à descoberta de minérios, favoreceu o crescimento regional e atraiu novos migrantes de todo o Brasil, principalmente do Sul do país.

A partir desse momento, a competição internacional acirrou-se por meio da busca de fontes de matérias-primas como petróleo, gás e, especialmente, por fontes alternativas de suprimento de água. Esses recursos se tornaram fundamentais para atender à crescente demanda das economias dominantes do mercado internacional, bem como das economias emergentes.

Dessa maneira, a região amazônica vem atraindo a atenção internacional por possuir consideráveis estoques de recursos estratégicos do planeta, sejam eles: água, minerais e biodiversidade.

Pelo fato de a região possuir peculiar mobilidade, inerente às características de floresta e à ausência de estradas, os rios da região são fundamentais, pois servem de linhas de comunicação entre as cidades e povoados que se desenvolvem ao longo das margens. Esses rios compõem uma malha hidroviária de mais de 22.000 km, que permitem o desenvolvimento local e o grande fluxo de pessoas e mercadorias (FIG1).

Podemos perceber tal importância, ao observarmos que navegam mais de 35 mil embarcações, entre canoas de ribeirinhos e navios de maior porte, que transportam passageiros, comboios de balsas e até mesmo luxuosos cruzeiros turísticos³.

A Amazônia ocupa uma posição estratégica e é vista com preocupação pelo governo brasileiro, em virtude da representatividade e dos interesses despertados na comunidade e nos organismos internacionais. As riquezas minerais do subsolo da região, os recursos hídricos, a

³ (<https://pib.socioambiental.org/en/Not%C3%ADcias?id=55718>)

biodiversidade, as fontes de energia, além da sua importância para a integração e desenvolvimento continental, justificam a cobiça internacional. Além disso, as grandes extensões territoriais sem fiscalização e a ausência do Estado facilitam o desenvolvimento de atividades ilícitas.

Dessa maneira, o desafio é conciliar o desenvolvimento econômico à preservação ambiental, garantindo a integralidade e o combate às atividades ilegais, a fim de garantir a soberania do Brasil na Amazônia em território brasileiro. Assim, cabe ressaltar que as principais vias de acesso e penetração são os rios e, por isso, a MB exerce papel fundamental, no sentido de patrulhar os principais rios, em atendimento ao previsto na Estratégia Nacional de Defesa (END).

2.2 A SOBERANIA E A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

Ao considerarmos o histórico de ocupação da Amazônia brasileira, é importante não esquecermos das inúmeras e infrutíferas tentativas de povoamento da região, hoje representadas por grandes vazios demográficos. Além disso, a concentração populacional se posiciona, principalmente, nas margens dos rios, o que torna necessária a atuação dos navios do Comando da Flotilha do Amazonas (ComFlotAM) em operações regulares, com o objetivo de reafirmar a presença do Estado na região. Tal fato, ainda proporciona parcela para o desenvolvimento das condições para garantia da soberania e sua integridade.

A definição originária de soberania já passou por diversas mudanças, a fim de se adaptar às necessidades da sociedade que se encontra em constante evolução. Numa primeira versão, o detentor da soberania era o rei e, entre outras características, esta era definida pela perpetuidade e por não conhecer limites de qualquer natureza; a soberania tinha, antes de tudo, o caráter de ser o elemento essencial do Estado.

Segundo Jean Bodin (1530-1596), esse poder encontra-se nas mãos do rei, como um poder absoluto, ilimitado e incontestável (BONAVIDES, 2001, p.122-132). No entanto, para o autor de Contrato Social, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), a soberania estabelece sua sede no povo e encontra na soma do poder atribuído a cada membro o poder soberano.

A soberania era concebida por Bodin como o poder supremo sobre os cidadãos e súditos, independente das leis. O poder absoluto era tomado como perpétuo e ilimitado no tocante ao poder.

Neste contexto histórico, entre 1648 e 1659, a “Paz de Westfália” reconheceu, pela primeira vez, o princípio da soberania nacional, colocando-o no topo da estrutura da ordem mundial da época (MAGNOLI, 2006, p. 195). Desse modo, pôs fim às guerras religiosas e ao estreito vínculo que até então se dava às questões do Papado e do Império. A partir desse momento, as principais regras que coadunaram os Estados soberanos foram: a igualdade soberana entre os Estados; a prevalência do princípio territorial sobre o pessoal; o respeito aos limites internacionais e a não-intervenção em assuntos internos de outros Estados.

Dessa forma, o entendimento de soberania ganhou consideráveis proporções e, atualmente, defende-se que o princípio da igualdade soberana continua a ser identificado e exercido como poder supremo que qualifica determinado Estado diante dos demais (artigo 2º, item 1 da Carta das Nações Unidas⁴) (ONU, 1965, p.6).

Assim, após esse entendimento de soberania, é possível entendermos a preocupação com a Amazônia, pois o vasto e rico solo enfrentam sérios problemas pela ausência do Estado. Além disso, percebemos que, depois de tentativas de povoamento frustradas, a região ainda carece de políticas de desenvolvimento para a manutenção da presença do Estado.

⁴ “Artigo 2º: a Organização e os seus membros, para realização dos objetivos mencionados no artigo 1º, agirão de acordo com os seguintes princípios: 1. A Organização é baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros.” (ONU, 1965, p.6). Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2020.

Paralelamente ao interesse de potências mundiais na Amazônia, em relação à preservação das riquezas naturais, configurou-se o desafio de manter a soberania nacional frente à expansão descontrolada de garimpos, exploração e destruição ambiental, madeiras, o cultivo e tráfico de drogas (narcotráfico). Tal interesse pela Amazônia é confrontado com uma má e insuficiente gestão brasileira.

Ao considerarmos que a média de progresso social da região está abaixo da média brasileira, verifica-se que, quanto mais se avança na direção oeste do estado do Amazonas, encontramos uma redução do índice de desenvolvimento em relação aos outros estados brasileiros, denotando uma maior fragilidade para que grupos de interesses espúrios venham à influenciar e mobilizar a opinião da população local (INFOAMAZONIA, 2020).

Fruto dessa análise, verifica-se ainda que, apesar da baixa densidade demográfica, a grande maioria da população se concentra às margens dos rios que conformam a enorme bacia hidrográfica da região. Assim, esses fatos levam, inevitavelmente, a MB para o centro das questões em tela, uma vez que parte das atribuições que estão associadas ao ordenamento do uso das águas interiores e a justa manutenção da nossa soberania estão atribuídas a tal instituição.

A fim de atentar para a soberania, a END, no que tange ao poder militar, prevê que haja uma priorização na região amazônica, pois ela representa um dos focos de maior interesse para a defesa. Além disso, a região exige avanço tanto no projeto de desenvolvimento sustentável, quanto no monitoramento/controle, mobilidade e presença governamental. Seguindo esse raciocínio, podemos perceber a importância da atuação das Forças Armadas e, em especial, dos navios da MB:

A presença governamental mais ativa na região amazônica é, e sempre foi, a das Forças Armadas: postos de fronteira guarnecidos pelo Exército, a conquista paulatina mais contínua da bacia hidrográfica feita pelos navios da Marinha[...], além do significado que têm para o desenvolvimento, pois os militares dão instrução e apoio médico-sanitário às populações isoladas aonde não chegam os outros órgãos governamentais, e, mais importante, pela ação cívica que acompanha essas realizações (VIDIGAL, 2002, p. 86).

Esse trecho, representa a estratégia das Forças Armadas na garantia de manter a presença do Estado na região. Além disso, fruto da concentração populacional junto às margens dos rios, a importância da MB, perante a END, é fundamental para a manutenção da soberania e para a garantia da lei e da ordem, frente aos problemas apresentados, que se configuram em novas ameaças⁵.

2.3 AS NOVAS AMEAÇAS

Como visto anteriormente, a Amazônia é considerada tanto uma área estratégica no contexto geopolítico mundial, quanto uma área crítica na estrutura transnacional do Estado brasileiro (BECKER, 2006, p. 105). Assim, vem enfrentando nas últimas décadas um problema que vai para além dos limites territoriais brasileiros, tendo influência direta de outros países, sob o enfoque da preservação ambiental.

É natural que a grande extensão da Amazônia brasileira desperta o interesse de alguns dos mais influentes atores no mapa geopolítico. Ali estão um quinto da água doce do planeta, um terço de todas as espécies existentes, além de enorme potencial econômico.

A própria END deixa clara a postura do país em relação à questão: “Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da Humanidade e de si mesmo, é o Brasil”.

Há extensões de fronteira onde, por centenas de quilômetros, não se registra a presença de qualquer representante do Estado brasileiro, militar ou civil. Além disso, nas áreas de reservas indígenas, a atuação de organizações não governamentais com vínculos no exterior causa forte preocupação. Para tanto, esses eventos servem para reforçar que a atuação da MB, inclusive em ações combinadas ou conjuntas com o Exército Brasileiro e a Força Aérea, são fundamentais para oposição à essas novas ameaças.

⁵ Novas ameaças: será utilizado esse termo para representar o desafio dos meios navais da MB na área de jurisdição do Com9ºDN, no enfrentamento dos atos ilícitos, principalmente referentes ao narcotráfico, bem como àqueles posicionamentos de atores externos relacionados ao questionamento de uma internacionalização da Amazônia.

Percebemos também que, fruto da ineficaz presença do Estado na Amazônia, a criminalidade aumentou bastante nos últimos anos. A expansão do crime organizado no Brasil e no mundo, sobretudo os relacionados ao tráfico de drogas e de armas, tratam de um problema que envolve as fronteiras marítimas, terrestres e fluviais. Nesse sentido, observamos que, no contexto atual, há uma real ameaça à segurança e soberania nacional, pelas redes ilegais que, articuladas a nível mundial, desenvolvem atividades ilícitas e contribuem para a desordem do Estado⁶.

O narcotráfico atua em diferentes etapas e se organiza em estratégias de produção e distribuição, para que atenda à demanda de consumo da droga. Nesse contexto, a Amazônia brasileira ganha importância para as organizações criminosas, pois a vulnerabilidade da floresta, a pobreza das cidades da fronteira e a localização próxima aos principais produtores de coca (Bolívia, Colômbia e Peru), colocam a região na rede internacional do tráfico de drogas, destacando a região do presente estudo como área de trânsito.

Segundo Ishida (2006, p. 4), é nesse ambiente de enorme proporção territorial e de baixa densidade demográfica, onde a ausência do Estado chega a ser uma regra e não uma exceção, que identificamos a ação de grupos adversos que se aproveitam da densa floresta para acobertar inúmeras atividades ilícitas, utilizando-se de rotas, principalmente, fluviais para transportar droga, contrabando, armas e munições.

Duas concepções parecem ser válidas para muitos setores que lidam com as políticas públicas dirigidas à Amazônia brasileira. A primeira delas é conceber o território como espaço vazio e a segunda é conceber a região como sistema fechado pelos limites internacionais, o que do ponto de vista geográfico significa desvinculá-la da unidade maior formada pela bacia amazônica sul-americana (MACHADO, 2003, p. 1).

⁶ (<https://journals.openedition.org/confins>).

O narcotráfico internacional vem neste início de século atribuindo funcionalidades específicas às regiões que estão envolvidas pela articulação em rede do crime organizado global. Assim, podemos então falar de uma divisão internacional do trabalho desenvolvida pelo tráfico internacional de entorpecentes, onde temos: produtores, beneficiadores e consumidores.

Para a chegada aos principais mercados consumidores de cocaína do mundo as redes criam estratégias de articulação em determinados lugares que passam a desempenhar um papel crucial para o andamento do “negócio”, ou seja, para o funcionamento do comércio internacional do narcotráfico. Na atualidade, o Brasil representa não apenas uma área de trânsito da droga em direção aos principais mercados da Europa e África, mas já é o segundo maior mercado consumidor da cocaína, o que de certa forma, alimenta as organizações criminosas das grandes metrópoles brasileiras (AZEVEDO, 2013).

Por outro lado, cabe destacar a importância geográfica da região amazônica no contexto internacional do narcotráfico, onde se leva em consideração a proximidade junto aos principais produtores (países Andinos) e pela proximidade aos acessos dos principais mercados (EUA e Europa).

Além disso, outra particularidade, diz respeito à própria característica da região amazônica, com vários rios que ultrapassam os limites do território brasileiro, uma floresta densa de mata fechada, além de uma extensa fronteira combinada à vazios demográficos caracterizados pela ausência do Estado. Diante de todos os fatores apresentados, mais uma vez, observamos a elevada importância de a MB intensificar ações de presença, a fim de buscar o cumprimento das leis no nosso território.

A intensificação das atividades criminosas do narcotráfico na fronteira e em toda a região amazônica, acarreta uma degradação política e econômica, haja visto que a população, na ausência do Estado, em muitos casos, é aliciada e direcionada às atividades ilícitas, quando poderiam estar produzindo e desenvolvendo a região.

O controle mais rígido de entrada da droga pela Amazônia fica prejudicado, pois sua densa floresta latifoliada impõe grandes dificuldades ao acesso, proporcionando que a extensa malha fluvial seja largamente utilizada por embarcações para o transporte de droga.

A circulação é feita por meio de pequenas e médias embarcações com motores potentes, aproveitando-se de igarapés, ou canais secundários de navegação, no intuito de não serem interceptados. Fortemente armados e, inúmeras vezes protegidos por blindagem nas embarcações, mobilizam muitos ribeirinhos e estabelecem em diversas localidades entrepostos de comercialização de drogas aos usuários locais.

Dessa maneira, as discussões advindas das ações do narcotráfico induzem a acreditar que, de fato, falta uma política legítima por parte dos governos nacionais que busquem minimizar as ações ilícitas decorrentes dessa atividade. Diante dessas novas ameaças existentes, sejam elas a cobiça internacional ou o não cumprimento da legislação na Amazônia, mais uma vez, podemos perceber a importância da presença eficaz dos navios da MB.

3. A ATUAÇÃO DOS NAVIOS DA MB NA AMAZÔNIA

A presença da expressão do poder militar na Amazônia Brasileira constitui-se em um fator fundamental para garantir as ações diplomáticas a nível político, de modo a dissuadir possíveis ameaças externas. As ações da MB nessa área fazem parte de uma estratégia de Estado que visa, por intermédio das ações de presença, a afirmação e a manutenção da soberania do Estado brasileiro sobre toda a região da Amazônia. Dentre essas ameaças mencionadas, que podem gerar crise ou conflito armado, destacam-se o crescimento do narcotráfico nos países amazônicos, bem como das iniciativas de atores externos ao questionar a soberania brasileira da Amazônia⁷.

Dessa maneira e por meio de toda uma evolução histórica, o ComFlotAM realiza atividades que atuam diretamente em oposição às ameaças existentes, sempre realizando tarefas sob à luz da Doutrina Militar Naval. Assim, este capítulo tem como objetivo apresentar a origem e as características dos navios, bem como a importância da atuação destes, na área de jurisdição Com9ºDN e, além disso, serão apresentadas algumas deficiências referentes à adequabilidade de nossos navios frente aos interesses brasileiros, no que tange à proteção de nossas fronteiras e à interferência da soberania nacional.

3.1 AS CARACTERÍSTICAS ATUAIS DOS NAVIOS DA MB QUE OPERAM NA REGIÃO

A presença de navios da MB na Amazônia ocorreu em 02 de junho de 1868, quando foi criada a Flotilha do Amazonas, Organização Militar da MB com registro de maior tempo em atividade na região. Na época, o Governo Imperial demonstrou preocupação com a porção noroeste do Brasil, devido à inexistência de tratados quanto aos limites entre os países com

⁷ (<https://journals.openedition.org/confins>).

fronteiras ribeirinhas e, dessa maneira, verificou-se que não era de interesse do país abrir mais uma frente de batalha, em plena Guerra da Tríplice Aliança (BRASIL, 2020).

Assim, fruto da necessidade que se vislumbrou à época, surgiu a necessidade da presença da MB na Amazônia:

A Flotilha, que se vai criar no Rio Amazonas, para policiar a fronteira fluvial com as repúblicas vizinhas, e fazer executar, pelas embarcações estrangeiras, os regulamentos fiscais, deverá compor-se de doze lanchas a vapor montando uma peça cada uma. Esta Força será comandada por um oficial superior; terá um segundo Comandante, também oficial superior; um dito subalterno, que servirá de Ajudante e um oficial de Fazenda, que desempenhará as funções impostas pelo novo Regulamento. A sede da Flotilha será na capital da Província do Amazonas e ali terá o respectivo Comandante, o seu quartel e secretaria, assim como a arrecadação de víveres, gêneros e artigos da Fazenda Nacional, sendo feitos os necessários fornecimentos e abonos de dinheiro pela Tesouraria. Para o serviço da Flotilha poderão ser nomeados oficiais reformados, na falta dos de primeira classe. Perceberão os vencimentos como efetivamente embarcados; o primeiro comandante, os de Comandante de Corveta; o segundo dito, os de Comandante de Brigue; e o ajudante, os de oficial (AVISO IMPERIAL, 1968 *apud* SCAVARDA, 1968, p. 57).

Dessa maneira, foi criada a Flotilha do Amazonas, por meio do Aviso Imperial de 2 de junho de 1868 e foi iniciado o processo de controle fluvial do Rio Amazonas, bem como de intensificação de atividades militares voltadas para garantir maior presença. Naquele momento, coincidente com o da Guerra da Tríplice Aliança e, ainda com vistas a manter a neutralidade dos Estados do arco amazônico no conflito, D. Pedro II decidiu liberar a navegação às nações amigas (SCAVARDA, 1968).

Ainda com parte das embarcações a serem prontificadas, a “Flotilha do Amazonas” foi criada em Belém do Pará e o Capitão de Mar e Guerra Victorio José Barbosa da Lomba, ex-combatente da Batalha Naval do Riachuelo, que se tornou o primeiro comandante. (SCAVARDA, 1968).

Com o passar do tempo, a esse caráter combativo, originariamente militar, foi acrescida a preocupação com a assistência às populações ribeirinhas carentes, fazendo parte do atual lema “Combater e Assistir”!

Por diferentes motivos, a sede do ComFlotAM foi deslocada entre as cidades de Manaus e Belém por diversas vezes, entre 1910 e 1974, ano em que foi desdobrada em duas

unidades, sendo criado o Grupamento Naval do Norte, sediado em Belém. A Flotilha retornou à Manaus, onde permanece até os dias de hoje (BRASIL, 2020).

Dessa maneira, percebermos que a história do ComFlotAM, ao longo dos seus 152 anos de criação, se confunde com a da capital do estado do Amazonas, Manaus. Por ocasião da sua criação, inexistiam tratados de limites entre os Estados vizinhos e eram recorrentes abordagens ao assunto, envolvendo as fronteiras entre Brasil, Peru, Colômbia e Bolívia. Assim, a presença da MB desde sempre, vem exercendo um papel fundamental para que nosso território seja protegido.

Atualmente, o ComFlotAM possui apenas nove navios para atuar em toda a extensão da área de jurisdição do Com9ºDN, sendo cinco Navios de Patrulha Fluvial (NPaFlu), dois Classe Pedro Teixeira e três Classe Roraima, além de quatro Navios de Assistência Hospitalar (NAsH).

Os NPaFlu Classe Pedro Teixeira (FIG. 2) foram construídos no Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, entre 1970 e 1973, por meio de um projeto nacional. Os dois navios foram incorporados à MB, em 17 de dezembro de 1973, no Rio de Janeiro, passando à subordinação do ComFlotAM, em 1974.

Os NPaFlu Classe Roraima (FIG. 3) foram construídos pelo estaleiro MacLaren Estaleiros e Serviços Marítimos S/A, em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, ao longo da década de 70, fruto de um projeto do Engenheiro Naval JORGE A. E. VASQUES, com grande percentual de nacionalização de peças e equipamentos (SAVIO, 2017).

Os NPaFlu possuem grande diversidade de armamento, dos quais é destacada a presença do canhão de 40 mm, na proa do navio; duas metralhadoras de 20 mm, na popa; dois lançadores de morteiro 81 mm; metralhadoras 0,50 pol (12,7 mm), distribuídas pelos conveses; e metralhadoras 0,30 pol (7,62 mm) (SAVIO, 2017).

Os NPaFlu são navios antigos, com mais de quarenta anos de serviço, propulsados

por hélices, com pouca manobrabilidade e velocidade reduzidas, pequena capacidade de transporte de tropas e de lanchas de combate, não possuem blindagem e grande parte do trânsito dos militares é realizado nos conveses abertos, o que torna a tripulação vulnerável às possíveis investidas inimigas, sejam de outros meios navais ou, até mesmo provenientes das margens (PIMENTEL, 2012).

O ComFlotAM também dispõe de Lanchas de Ação Rápida (LAR) e Embarcações de Transporte de Tropa (ETT), ambas de fabricação nacional, que podem ser transportadas pelos NPaFlu, mas essas lanchas também possuem restrição de manobra e velocidade, não possuem blindagem, nem poder de fogo, a não ser o armamento portátil que é conduzido pelos tripulantes dessas embarcações (CÔDO, 2012) .

Além desses meios, foram adquiridas junto à Colômbia 2 Lanchas de Patrulha Rápida (LPR), em decorrência do contrato firmado, em 26 de dezembro de 2012, entre a empresa *Corporación de Ciencia y Tecnología para El Desarrollo de La Industria Naval Marítima e Fluvial* (COTECMAR), Colômbia, e a MB; essas lanchas foram construídas com base em embarcações semelhantes e empregadas naquele país, em situações de conflito reais. O recebimento das LPR representou um grande avanço tecnológico para o ComFlotAM, em função de suas características, como visão térmica, blindagem, alta velocidade, alta manobrabilidade e propulsão à hidrojetos (SAVIO, 2017).

Apresentada a vertente “Combater” do lema do ComFlotAM, serão apresentados os quatro NAsH representantes da vertente “Assistir”. São eles: NAsH Oswaldo Cruz; NAsH Carlos Chagas; NAsH Doutor Montenegro; e NAsH Soares de Meirelles.

A assistência à saúde é uma carência crônica da população ribeirinha, tendo por marca, na Região Amazônica, as dificuldades de acesso às comunidades que se instalaram ao longo das margens dos rios, em lugares muito distantes dos pequenos centros regionais. Para atender essa necessidade de acesso à saúde de maneira contínua, em 2 de janeiro de 1980, o

Presidente da República, General de Exército João Baptista de Oliveira Figueiredo, autorizou o projeto de construção de dois NAsH (FIG4), que foi realizado pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, culminando no surgimento da Classe Oswaldo Cruz (SAVIO, 2017).

Prosseguindo com o histórico de formação dos navios, que prestam assistência do atual ComflotAM, em janeiro de 1997, o Hospital Fluvial Dr. Manoel Braga Montenegro terminou de ser construído, para realizar atendimentos no Estado do Acre. Após entendimentos entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Acre e a MB, ficou decidido que o Hospital Fluvial Dr. Manoel Braga Montenegro seria transferido para a MB, por meio de um contrato de cessão de uso. Em 17 de janeiro do mesmo ano, foram iniciadas as obras de transformação, reparos e instalações de novos equipamentos, a fim de alcançar os requisitos de segurança exigidos pela MB (SAVIO, 2017), culminando na atual configuração do NAsH Doutor Montenegro (FIG. 5).

O navio mais recente a compor o ComFlotAM, o NAsH Soares de Meirelles (FIG. 6), a antiga Embarcação de Transporte de Passageiro Ludovico Celani, foi comprado em agosto de 2010, em parceria com o Ministério da Saúde. Construído em 2008, na cidade de Manaus, foi incorporado à Armada no dia 23 de novembro de 2010. O nome do navio é uma justa homenagem ao Médico Cirurgião-Mor da Armada e Patrono do Corpo de Saúde da Marinha Joaquim Cândido Soares de Meirelles (SAVIO, 2017).

Dessa maneira, os navios que formam a vertente “Assistir” do ComFlotAM foram incorporados para complementar o esforço da MB em se fazer presente e, além disso, conquistar a confiança da população ribeirinha, que se sente amparada ao receber a visita desses navios.

As atividades realizadas pelos NAsH são inúmeras, dentre elas podemos citar os atendimentos médicos e odontológicos, exames laboratoriais, entrega de medicamentos, realização de pequenas cirurgias emergenciais, vacinação, partos inesperados e uma série de atividades voltadas para a conscientização da população ribeirinha na prevenção, cuidado e

atenção à saúde. Os NAsH conseguem obter um bom desempenho na execução de suas atividades, considerando as características de construção de cada um.

A extensa área de atuação de todos os nove navios do ComFlotAM requer um minucioso planejamento, a fim de garantir a presença desses meios navais em pontos considerados críticos. Ao se falar em grandes distâncias, a questão das comunicações entre os navios em operação e o ComFlotAM se torna fundamental para o controle do planejamento e a execução das atividades em curso. Assim, no que tange às possibilidades de comunicação desses navios, o Comando e Controle (C2) é bastante comprometido, devido à degradação da propagação eletromagnética no ambiente amazônico. As comunicações VHF/FM, por meio de rádio, são muito prejudicadas, complicando a coordenação e o controle das forças navais.

Com o objetivo de minimizar o problema acima apresentado, foi realizada a instalação de comunicação por meio de satélite nos navios, o que possibilitou um melhor acompanhamento pelo Estado-Maior do ComFlotAM, seja por recebimento das ações em andamento por voz, ou mesmo por acompanhamento do posicionamento, trazendo maior rapidez na troca de informações.

Outro aspecto a ser considerado é a velocidade máxima desenvolvida pelos navios, cerca de 10 nós, velocidade essa, considerada baixa. Essa limitação é preocupante, principalmente, em relação aos NPafLu frente às ameaças já apresentadas, que possuem motores potentes em suas pequenas embarcações e desenvolvem velocidades muito superiores. Ao analisar as variáveis de velocidade e distância, podemos perceber a grande limitação de atuação da MB.

Podemos concluir que algumas características dos atuais Navios, principalmente relacionadas aos NPafLu, não são adequadas para operar no cenário intrínseco à região abordada neste trabalho, frente à atuação das novas ameaças. Com mais de quarenta anos de serviço, desenvolvimento de baixa velocidade, pequena capacidade de transporte de tropas e de lanchas

de combate, sem blindagem, permitindo a vulnerabilidade da tripulação frente aos ataques do inimigo, os navios comprometem a eficácia das operações e a segurança dos militares. Além disso, tendo em vista a imensa área de jurisdição do Com9ºDN e a baixa quantidade de Navios do ComFlotAM, mais uma vez, percebemos a fragilidade na atuação frente às ameaças, somando a dificuldade de C2, afeto aos problemas de comunicação inerentes às características da região.

3.2 A ATUAÇÃO FRENTE ÀS NOVAS AMEAÇAS

As ações da MB, na região amazônica, fazem parte de uma estratégia prevista na END que visa, por intermédio das ações de presença, a afirmação e manutenção da soberania do Estado brasileiro sobre toda a região. Para tal atuação, podemos considerar:

A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias, associadas à precariedade do sistema de transportes terrestre, o que condiciona o uso das hidrovias e do transporte aéreo como principais alternativas de acesso. Estas características facilitam a prática de ilícitos transnacionais e crimes conexos, além de possibilitar a presença de grupos com objetivos contrários aos interesses nacionais (BRASIL, 2012, p. 23).

A participação da MB na região amazônica, tem como objetivo contribuir para a defesa e a integração nacional, colaborando com as ações de manutenção dos interesses brasileiros de paz, além de garantir o cumprimento dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer desses, da lei e da ordem. Entretanto, a pequena quantidade de NPaFlu, aliada à dificuldade de navegabilidade e baixa velocidade em diversos trechos de rios, torna muito difícil a cobertura em toda área de jurisdição do Com9ºDN. Nesse contexto, é importante fazer um apontamento, no que tange à atuação dos NAsH.

Ao prestar assistência às populações ribeirinhas, tais navios desempenham importante papel perante a ausência dos órgãos responsáveis em prestar o serviço de atenção à saúde. Conquistam a confiança e o respeito da população ribeirinha, alvo fácil de aliciamento

pelo narcotráfico ou, até mesmo de integrantes de organizações que questionam a soberania brasileira na região amazônica.

Além disso, poderemos constatar que, no cumprimento da missão dos navios do ComFlotAM, um eventual enfrentamento, seja ele contra a transgressão de leis ou afronta à soberania, as Operações Ribeirinhas (OpRib) realizadas por navios com características adequadas e em número suficiente, propiciarão uma maior eficácia, no que diz respeito a atuação e desempenho nas atividades.

O ambiente de atuação dos navios do ComFlotAM possui afluentes de porte, canais e áreas alagadas, propiciando inúmeras vias de navegação, além disso, são ambientes com baixa taxa de ocupação demográfica. Nos rios que banham essas regiões, em especial nas áreas fronteiriças, pode vir a ser necessário o emprego da força para defesa da soberania nacional ou, por necessidade, de utilização limitada da força, por meio de operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), atuando em diversas operações em ambiente ribeirinho. Percebemos também que organizações não-governamentais e governos de outros países já deixaram claro que não abrem mão de participarem da conservação da maior floresta do planeta. Diante da atuação e da presença da MB na região, é percebido que, para a defesa da Amazônia, é necessário o controle das hidrovias interiores e das áreas que lhes são adjacentes (BRASIL, 2011).

Nesse contexto, a operação que se enquadra de maneira mais adequada frente às tarefas básicas do Poder Naval para se opor à essas ameaças, em que pese a complexidade do cenário e a diversidade regional, é a OpRib, que por ser considerada uma operação não convencional, deve ser conduzida por meio de ações descentralizadas, utilizando tropas especializadas, além de meios adequados em quantidade e características.

Uma das táticas mais utilizadas em OpRib é reduzir ou interromper o apoio logístico do inimigo, procurando obter vantagem em relação às condições ambientais e obrigando o inimigo a se posicionar de maneira defensiva. Além disso, apresenta a elevada importância do

controle das hidrovias e o domínio das áreas terrestres adjacentes. A OpRib seria a operação mais abrangente, de forma a buscar o atendimento das Tarefas Básicas⁸ da MB, a fim do emprego real contra ameaça à soberania, pois está fundamentalmente ligada ao estabelecimento de um elevado grau de controle em determinada área fluvial e suas margens, no que tange ao uso gradual e o emprego da força.

Dependendo da situação, a OpRib poderá ser uma operação complexa, que exigirá execução de ações de vários tipos e de operações prévias, conforme planejamento que atenda às necessidades daquela força.

Essa situação exigiria ações de meios adequados⁹ frente às possibilidades de interferência dos regimes de cheias, a natureza e a configuração das margens, bem como a existência de obstáculos naturais submersos ou flutuantes.

Assim, surge como variável, a existência de áreas cobertas por vegetação, que impedem a visibilidade para o interior e possibilitam a ocultação de ameaças ao longo das margens. Nesse sentido, é inviável o controle de hidrovias interiores sem controle das áreas terrestres que lhe são adjacentes e vice-versa, pois a vantagem do oponente fica evidenciada.

Sob essa ótica, os meios navais do ComFlotAM ficam vulneráveis, pois não possuem blindagem e, em diversos momentos parte da tripulação fica exposta no convés. Na tentativa de mitigar essa fragilidade, algumas embarcações, com frações da tropa, navegam em defesa dos navios, principalmente durante o trânsito em pontos estreitos das calhas dos rios, ao mesmo tempo em que são protegidas pelo armamento dos navios.

O trânsito para a Área de Operações carece de minucioso planejamento e de elevado esforço de execução, pois a exposição é máxima nas áreas em que os meios navais possam vir a ser atingidos diretamente das margens – os denominados pontos críticos. Para a negação do

⁸ (<https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/ema-322.pdf>)

⁹ Meios adequados – navios e embarcações de apoio, que possuem características de blindagem, manobrabilidade, velocidade e poder de fogo, capazes de garantir eficácia no cumprimento da missão, na área de jurisdição do Com 9ºDN.

uso, os objetivos se consolidam nos meios inimigos, que não são fáceis de identificar, podemos utilizar os Postos de Observação (PO) e Retransmissão (PR), que são uma forma de prover alarme antecipado da aproximação de unidades adversas, além de ampliar o horizonte visual e radar, bastante reduzidos pelas características da vegetação dominante.

A execução de uma OpRib é baseada no emprego conjugado do navio e suas Lanchas de Ação Rápida (LAR), da tropa de fuzileiros navais embarcada e das aeronaves. O uso coordenado desses meios assegura poder ofensivo e mobilidade, além de ampliar a capacidade de reconhecimento, é a forma de se estabelecer um efetivo controle das vias navegáveis e suas margens, sendo de vital importância a manutenção das comunicações, em caráter permanente, entre as unidades envolvidas.

Assim, a fim de melhorar a atuação de seus navios na área de jurisdição do Com9ºDN, a MB, representada pelo Diretor de Gestão de Programas da Marinha, participou da Feira Internacional de Defesa e Segurança EXPODEFENSA 2019, realizada entre os dias 02 a 04 de dezembro na Cidade de Bogotá, Colômbia. Nessa ocasião, o Comandante da Armada Nacional da Colômbia propôs um entendimento entre as Marinhas para uma possível retomada do Projeto do NPflu “Amazônico”. Esse Projeto Básico foi desenvolvido entre a Corporação de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento da Indústria Naval, Marítima e Fluvial (COTECMAR), a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) e o Serviços Industriais da Marinha do Peru (SIMA).

Dessa maneira, nesse projeto foram estabelecidos requisitos para que o navio proporcione capacidades ofensivas e de apoio logístico, capaz de desenvolver operações de patrulha em rios e que tenha características para atender às necessidades de interoperabilidade com outras forças navais, aéreas e terrestres, como também atividades de vigilância e reconhecimento, a fim de contribuir para a proteção do meio ambiente.

Visto a necessidade de eficácia dos meios navais do ComFlotAM e em

complemento às atividades, podemos observar que a doutrina de OpRib poderia receber maior atenção e esforço de estudo para o desenvolvimento de uma forma mais eficiente de atuação. Nesse sentido, a MB, por meio do Centro de Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais (CDDCFN), contribui para o desenvolvimento da doutrina de emprego dos Fuzileiros Navais em ambiente ribeirinho. A meta maior do CDDCFN consiste em ampliar sua contribuição com o aprimoramento do preparo das unidades operativas, estabelecendo indicadores de desempenho, além de buscar o desenvolvimento das capacidades operacionais de combate e a disponibilização de instalações, áreas de adestramento e simuladores que permitam o aprestamento dos Fuzileiros Navais.

Dessa maneira, podemos perceber que esse centro doutrinário desenvolve as atividades voltadas, na maioria das vezes, para o Corpo de Fuzileiros Navais. Assim, a essência desse centro poderia ser aplicada ao ambiente dos navios e embarcações de apoio, a fim de buscar a melhor utilização e eficiência no emprego.

Concluindo, podemos perceber a ineficácia dos meios navais do ComFlotAM, considerando as grandes áreas sob a jurisdição do Com9ºDN – como, a obsolescência, a falta de blindagem, a pouca manobrabilidade, o desenvolvimento de baixa velocidade e a ineficiência no que tange às comunicações. Além disso, percebemos que, tomado o exemplo do CDDCFN, poderíamos também possuir um centro doutrinário voltado para as atividades afetas ao ambiente dos navios, principalmente, no caso desse estudo, em relação às OpRib.

Verificada a inadequação dos atuais navios da MB que operam na região amazônica e a carência de estudos doutrinários, iremos observar e analisar, a estratégia e a doutrina de operações ribeirinhas norte-americana na Guerra do Vietnã, referentes à utilização de meios navais.

4. A GUERRA DO VIETNÃ

Neste capítulo serão abordados os aspectos da Guerra do Vietnã (1959 a 1975), particularmente quanto à participação dos EUA e a sua ampla variedade de missões. Nessa esteira, será realizada uma análise histórica, apresentando a situação a fim de possibilitar uma melhor compreensão. Também será analisada a doutrina de OpRib utilizada, além dos meios empregados. As OpRib dos EUA no Vietnã ilustram a natureza complexa das operações e também a exigência de atuação conjunta das forças envolvidas. Nenhuma guerra melhor representa essa natureza fundamental das operações ribeirinhas do que a Guerra do Vietnã. As características do ambiente ribeirinho da guerra no Vietnã fornecem bons exemplos para a criação e emprego de uma força ribeirinha moderna. A natureza da geografia e demografia no Vietnã demonstrou que o controle dos rios e das margens se tornaram vitais para o sucesso das operações. Tal fato resultou na criação de uma variedade de forças-tarefa ribeirinhas, especialmente configuradas para suas missões específicas conforme a situação ditava.

Dessa maneira, poderemos verificar que, ao apresentar o estudo das características e da atuação dos meios navais norte-americanos, perceberemos uma relação direta com o estudo em questão. A similaridade de ambiente, o desenvolvimento de ações e os meios navais empregados, tomados como exemplo duas forças-tarefas, a TF-116 e a TF-117, estadunidenses apontarão o caminho, ao obterem sucesso em suas missões¹⁰.

4.1 DOS ANTECEDENTES AO TOTAL ENVOLVIMENTO DOS EUA NA GUERRA DO VIETNÃ

Os EUA ingressaram gradativamente na guerra. Problemas domésticos como a Crise de Mísseis em Cuba entre os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

¹⁰ (<https://www.history.navy.mil/research/library/online-reading-room/title-list-alphabetically/r/riverine-warfare-us-navys-operations-inland-waters.html>)

(URSS)¹¹ no Caribe retardaram a concentração de esforços dos EUA para que empregassem todos os seus meios na Guerra do Vietnã.

Neste sentido, serão apresentados antecedentes da Guerra do Vietnã para uma melhor compreensão. Poderemos perceber a presença de elementos intangíveis (atribuídos aos ideais comunistas) de força, que foram imprescindíveis, perante os EUA:

Antes de mais nada, é preciso reconhecer que a Guerra do Vietnã e, antes dela, a Guerra da Indochina não se limitaram à guerra de guerrilhas e à luta subterrânea. Mesmo não tendo abandonado o combate irregular, os vietnamitas transformaram, ao longo de anos de conflito, seus incipientes e mal armados grupos guerrilheiros em poderosas forças regulares, organizadas formalmente em divisões de exército muito bem treinadas, muito bem equipadas (graças à enorme ajuda material chinesa e soviética) e capazes de conduzir operações ofensivas em larga escala. Seja como for, o sucesso político e militar dos comunistas no Vietnã foi absoluto e inquestionável. Eles lutaram ininterruptamente contra japoneses, ingleses, franceses e norte-americanos, conquistaram a independência de seu país, impediram sua fragmentação política, garantiram sua integridade territorial, implantaram um Estado de orientação marxista e, ainda, mantiveram-se no poder. Para os Estados Unidos, a derrota política e psicológica sofrida no sudeste asiático constituiu um trauma que sua sociedade ainda não foi capaz de superar por completo. Sua própria mídia, convertida pelo inimigo em um poderoso instrumento militar, tornou-se responsável pela difusão de imagens que marcaram de tal forma a opinião pública interna que o “fantasma do Vietnã” insiste em rondar as decisões militares de Washington (VISACRO, 2009).

Podemos perceber a transformação da característica intangível de poder, representada pela luta em defesa de uma causa, em tangível, o que foi fundamental para a unificação do Vietnã e para os desdobramentos dos fatos, desde a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945).

Por ocasião da Segunda Guerra Mundial, quando o Japão havia conquistado a Indochina, parte deste território era formado por Laos, Camboja e Vietnã, que viviam sob o domínio francês, mas já aspiravam a independência.

A fim de proporcionar uma reação à invasão, os vietnamitas formaram a Liga Revolucionária para a Independência do Vietnã, que era ligada ao partido comunista. Eles tinham como líder Ho Chi Minh, um revolucionário que queria a independência do país. Esse

¹¹ União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS): a URSS foi um enorme país localizado entre o leste da Europa e parte da Ásia Central. Representou o único adversário ideológico, político e militar dos Estados Unidos da América no período após a Segunda Guerra Mundial.

posicionamento permaneceu até o fim da SGM, quando o Japão, perdedor da guerra, deixou de influenciar a região, gerando movimentos que visavam ao início do processo de descolonização.

Mesmo com o fim da SGM, o processo de descolonização não conseguiu evoluir. A França voltou a atuar em divergência aos anseios vietnamitas, o que culminou na luta entre os guerrilheiros do Viet-Minh e as tropas francesas.

Nessa empreitada os franceses não lograram êxito e, após a derrota, foram obrigados a reconhecer a independência na Conferência da Paz de Genebra (1954). O objetivo da Conferência era a unificação do país, o que não ocorreu. Assim, ficou definido que o Vietnã ficaria dividido em duas partes: Vietnã do Sul e Vietnã do Norte. A parte do sul, capitalista e ditatorial, com a capital na cidade de Saigon e liderada por Bao Daï; e a parte norte, comunista, com a capital em Hanói, liderada por Ho Chi Minh.

A Guerra do Vietnã ocorreu entre 1959 e 1975 e foi um conflito entre os dois governos estabelecidos, o do norte e do sul, que lutavam pela unificação, cada qual representando um ideal para imposição ao outro. Em 1969, os EUA se envolveram diretamente, chegando a enviar mais de 500 mil soldados ao país asiático¹².

A participação norte-americana foi motivada pelas tensões da bipolarização, oriundas do período da Guerra Fria (tensão e disputa ideológica entre os EUA e a URSS entre os anos de 1947 e 1989). Esse período redefiniu a ordem mundial e também refletiu um momento em que era desejável a manutenção da paz, devido à necessidade de reestabelecimento dos estragos causados pela SGM.

Como consequência, o Vietnã do norte (comunista) foi apoiado pela China e pela URSS. No norte, cerca de um milhão de habitantes, a grande maioria deles católicos, fugiram para sul temendo o novo regime de Ho Chi Minh, que estabeleceu no país um estado socialista – a República Socialista do Vietnã – e o engajou num grande programa de reforma agrária.

¹² (<https://www.history.navy.mil/research/library/online-reading-room/title-list-alphabetically/r/riverine-warfare-us-navys-operations-inland-waters.html>)

Enquanto isso, o Vietnã do sul teve uma ditadura financiada pelos Estados Unidos, que visavam a evitar a expansão comunista. Dessa maneira, o Imperador Bao Dai, um antigo aliado dos franceses e dos japoneses foi deposto e Ngo Dinh Diem se tornou primeiro-ministro.

Quando as eleições se aproximaram e tudo indicava que o governo comunista venceria, o primeiro-ministro da região sul, Diem, deu um golpe militar no país, apoiado pelos EUA. Começou assim uma guerra civil, ainda que sem uma declaração formal de início de um conflito. Os norte-americanos participavam fornecendo armas e conselheiros militares aos exércitos sul-vietnamitas, e os soviéticos faziam o mesmo com os norte-vietnamitas. Além do exército regular, o Vietnã no Norte também tinha grupos de guerrilheiros chamados vietcongues.

Com a crescente oposição às seitas religiosas, organizações criminosas e aos comunistas, Diem adotou medidas repressivas e violentas. Além disso, repetidas vezes, contrariou ideais norte-americanos, tomando decisões inapropriadas. Assim, tais fatos culminaram em golpe de estado que resultou na derrubada de Diem.

A instabilidade política resultante de tal situação fez com que os EUA intensificassem as ações, afim de aumentar o apoio militar ao país. O Vietnã do Sul entrou em um período de extrema instabilidade política e, coincidentemente, 20 dias após a morte do líder Diem, o então presidente norte-americano John F. Kennedy também foi morto. O presidente estadunidense que assumiu o mandato, Lyndon Johnson, decidiu intervir diretamente no conflito no Vietnã.

A escalada da Guerra do Vietnã começou oficialmente na manhã de 31 de janeiro de 1965, quando foram dadas ordens à um esquadrão de caças F-105, baseado em Okinawa, no Japão, para que se transferisse para a base aérea de Danang, no Vietnã do Sul. A presença dos EUA no Vietnã viria a se intensificar cada vez mais. Em março desse mesmo ano, o presidente

dos EUA Johnson tomou a decisão de enviar forças de combate norte-americanas para lutar no Vietnã.

A chegada dos soldados norte-americanos na região marcou o início do período sangrento e amplamente noticiado da guerra que, aliás, é chamada de Guerra de Resistência contra a América pelos vietnamitas. Mas, embora tivesse armas poderosas e tecnologia avançada, o exército norte-americano não conseguia vencer a estratégia e experiência do exército norte-vietnamita.

Em 1968, o comandante militar vietnamita Vo Nguyen Giap arquitetou a Ofensiva do Tet, ataques simultâneos que culminaram com a tomada da embaixada dos EUA em Saigon. Ao mesmo tempo, a divulgação de que os norte-americanos usavam armas químicas e estavam provocando massacres indiscriminados de civis, provocou protestos nos EUA e no mundo pelo encerramento do conflito.

Os EUA utilizavam armamentos sofisticados: tanques, jatos, radares, bombas, armas químicas (bomba de napalm) e helicópteros; enquanto os vietnamitas usavam morteiros, fuzis e armas de madeira com venenos. Os vietcongues (guerrilheiros representantes dos interesses norte-vietnamitas) prevaleceram, sobretudo pelo extremo conhecimento do ambiente, o que propiciou a utilização de táticas de guerrilha, além disso, foram capazes de transformar a luta pela causa em poder.

4.2 UTILIZAÇÃO DA DOCTRINA DE OPRIB NORTE-AMERICANA FRENTE AO INIMIGO

No Vietnã, os Estados Unidos da América inicialmente não compreenderam que possuíam um complexo enfrentamento pela frente. Assim, podemos verificar:

A conduta norte-americana no Vietnã demonstrou a ineficiência das formas tradicionais de beligerância em um conflito de características predominantemente irregulares. Desde então, ela tem sido o maior exemplo de conduta inadequada em guerra assimétrica. Ela também é, frequentemente, confrontada com a bem-sucedida contrainsurgência britânica na Malásia. Os ingleses gozam de uma tradição imperialista que lhes

assegura uma invulgar experiência contrainsurrecional. Todavia, o fracasso dos Estados Unidos no Sudeste Asiático não deve ser imputado exclusivamente à mentalidade obtusa dos militares mais ortodoxos. O cenário no Vietnã era muito mais complexo do que na Malásia. É provável que até mesmo os habilidosos e competentes ingleses não se saíssem melhor do que seus colegas norte-americanos. É um engano, também, supor que os Estados Unidos não empreenderam ações efetivas de contrainsurgência. A questão é que elas se mostraram tardias e proporcionalmente insignificantes, quando comparadas às tentativas, quase desesperadas, de se travar e vencer a guerra segundo os métodos militares convencionais. Em 1969, no auge do conflito, cerca de 80% dos gastos norte-americanos no Sudeste Asiático destinaram-se às Forças Armadas. Teria sido melhor se a maior parte desse dinheiro houvesse sido eficazmente empenhada na reconstrução do Vietnã do Sul pós-Tet (VISACRO, 2009).

O fato era que não estavam apoiando a liberdade do Vietnã do Sul contra as ações impositivas do Vietnã do Norte. Em linhas gerais, a situação representava a luta contra o mundo comunista. Assim, é possível percebermos que o cenário no Vietnã era muito mais complexo em relação ao encontrado pelos britânicos na Malásia. Tal fato, foi um dificultador para as operações norte-americanas realizadas em solo vietnamita. O terreno de selva com montanhas e poucas estradas limitava o deslocamento terrestre e parecia aumentar as distâncias. O deslocamento terrestre era dificultado, o emprego pleno do poder terrestre norte americano ficava limitado, onde blindados e carros de combate viravam alvos fáceis. Tal ambiente de selva, recortado por rios navegáveis, aumentavam a importância do emprego de embarcações para transporte logístico e de tropas.

No Vietnã do Sul, as vias navegáveis interiores impõem tanto um desafio, no que tange à aplicação, quanto na oportunidade para o emprego dos meios navais adequados. Assim, o poder marítimo americano teve que assumir uma considerável variedade de formações para realizar o desdobramento de tais meios, a fim de combater as forças guerrilheiras em vias navegáveis interiores ao Vietnã.

Tal desafio está centrado, mas não limitado, ao Delta do Mekong. Compreendido entre Saigon até o Golfo da Tailândia, com fronteira com o Camboja, é uma das áreas mais importantes do sul do Vietnã. É uma área de planície formada pelos rios Mekong e Basak que

compreende cerca de um quarto da área total do Vietnã do Sul. A área abrigou dezenas de milhares de guerrilheiros vietcongues.

As características do Delta do Mekong mencionadas anteriormente favoreceram as operações de guerrilha utilizadas pelos vietcongues. As terras pantanosas de arroz, e as selvas densas contrastantes, restringiram severamente a mobilidade das forças militares convencionais. No entanto, as muitas vias navegáveis forneceram um meio alternativo de mobilidade. A área não é apenas rica em hidrovias naturais, mas também é atravessada com uma rede de canais grandes e pequenos que serviram como "estradas". Iniciados há mais de 1.000 anos, tais canais foram se desenvolvendo até se tornarem um dos mais excelentes sistemas de navegação e drenagem do mundo.

A vegetação densa ao longo de muitas das vias navegáveis limitava a visibilidade e fornecia excelente cobertura para guerrilheiros, que se posicionavam para a emboscada ao longo das margens. A vegetação flutuante serviu para esconder minas flutuantes ou submersas, aumentando a ameaça das margens do rio e do canal.

Com a intensificação do combate e infiltração das forças do Exército norte-vietnamita em direção ao sul, as vias interiores navegáveis assumiram uma relevante forma de deslocamento. Além de servirem como principal acesso para o fluxo logístico dos norte-vietnamitas, tais vias serviram também de palco para inúmeras operações que buscavam extinguir a influência do inimigo na região.

Nesse sentido, as OpRib aplicadas pelo EUA no Vietnã ilustraram a natureza complexa de tais operações em águas fluviais e demonstram a necessidade de uma atuação conjunta das forças envolvidas. As lições aprendidas como resultado de tais operações devem ser incorporadas como parte fundamental na criação de qualquer força para atuação em ambiente ribeirinho.

Foram iniciadas operações que combinaram as capacidades das Forças-Tarefa da Marinha dos EUA, da Marinha vietnamita e outras forças terrestres e aéreas para atacar redutos vietcongues, a fim de buscar a interdição das rotas de abastecimento dos vietcongues. Além das operações de combate nas vias navegáveis do Vietnã, centenas de pequenas embarcações logísticas da Marinha dos EUA e vietnamitas formaram uma ligação vital no fluxo logístico para as forças aliadas nas bases mais afastadas.

A guerra realizada em ambiente ribeirinho se tornou uma extensão do poder marítimo norte-americano, que se encontrava disposto pelo litoral. Controlando o alto mar, a Marinha estadunidense pode projetar sua força ao longo das vias navegáveis interiores para o atingimento do território inimigo. Uma vez que este trabalho trata sobre meios navais e OpRib, não serão detalhadas as ações navais realizadas no ambiente marítimo da guerra do Vietnã. Deve ser entendido que sem o apoio dos navios, controlando o mar e fornecendo as vantagens indispensáveis, não seria possível o desdobramento de meios navais para a realização de OpRib no Delta do Mekong. Assim, ficou evidente que para a projeção do poder marítimo em um ambiente fluvial tão importante, na conjuntura do conflito, foi necessário um grande esforço de meios navais dispostos ao longo da costa do Vietnã.

Nesse sentido, podemos destacar a Operação JACKSTAY, datada do final de março e início de abril de 1966, que foi uma Operação Anfíbia¹³ ao largo da costa, que contribuiu para o desdobramento de meios navais na região do Delta do Mekong.

A Operação JACKSTAY foi a primeira grande operação naval dos EUA. Marcou um ponto de virada na saga de desdobramento e projeção de poder dos EUA, a partir da costa até as vias navegáveis do Delta do Mekong. Antes disso, a participação da Marinha dos EUA na guerra em ambiente fluvial era bastante limitada às operações em terra por pequenas embarcações de patrulha rápida, chamadas de Força de Patrulha Fluvial (PCF).

¹³ (<https://www.marinha.mil.br/comffe/node/9>)

A Operação JACKSTAY foi realizada em duas fases e planejada para eliminar os vietcongues. Em 26 de março de 1966, a primeira fase começou com uma Operação Anfíbia, envolvendo unidades de superfície e helicópteros na face da Península Long Thanh. Além disso, uma equipe de mergulhadores, ataques aéreos preparatórios por aeronaves baseadas em porta-aviões da Sétima Frota e apoio de fogo naval apoiaram a operação. Durante todo o tempo, meios navais realizaram o bloqueio e a vigilância contra a fuga vietcongue.

A segunda fase, uma penetração profunda na área ribeirinha em questão, começou em 31 de março, quando um comboio de 18 embarcações adentrou o Rio Vam Sat. As patrulhas fluviais mantiveram vigilância quanto ao transporte de mercadorias e combatentes ao longo de centenas de quilômetros de vias interiores navegáveis. As campanhas de interdição iniciadas no final de 1968 cortaram as principais vias terrestres do inimigo que interligavam às províncias do Vietnã do Sul. As forças navais no Vietnã desempenharam um papel vital na execução de dessas interdições. Os meios navais formaram uma barreira contra o fluxo de armas e suprimentos do inimigo.

Vários tipos de embarcações fluviais realizaram operações combinadas e conjuntas. Tais forças, altamente móveis, possuíam considerável poder de fogo e de apoio, além da capacidade de levar tropas. Realizaram as campanhas de interdição por meio da rápida exploração e manutenção da compilação da posição do inimigo.

Em 1966, os vietcongues mantiveram o livre trânsito no Delta do Mekong, influenciando o cotidiano da populosa região. Tal fato, fez com que os EUA reconhecessem que para negar o Delta ao inimigo seria necessário: impedir o fluxo de abastecimento, controlando as hidrovias; e buscar e destruir meios e bases vietcongues.

Para refletir a complexidade dessas operações, a força ribeirinha aumentou em quantidade de meios navais, que foram divididos em cinco forças-tarefa com diferentes missões, táticas e composições. À medida que novas áreas críticas eram consideradas como

objetivos operacionais para o cumprimento da missão, forças eram criadas para atender às tais necessidades. Cada força-tarefa finalmente desenvolveu sua própria articulação, conforme a situação justificasse. Esse processo evolutivo resultou na criação de uma força ribeirinha extremamente adaptável.

Em linhas gerais e como forma de exemplificar essas ações, podemos citar a Força de Patrulha Fluvial (TF-116), denominada para executar a Operação GAME WARDEN. A TF-116 foi criada para realizar o impedimento do fluxo de abastecimento. Uma segunda Força-tarefa, a chamada Força-Tarefa Ribeirinha Móvel (TF-117), atuava no sentido de localizar e destruir meios navais e bases inimigas.

A TF-116 era sediada em Binh Thuy, perto de Can Tho, no Delta do Mekong. As Lanchas de Patrulha Fluvial (PBRs) eram embarcações de fibra de vidro de 31 pés, equipadas com radar, armadas com metralhadora de calibre .50 (FIG. 7), lançador de granadas, e metralhadora M-60. Além disso, um sistema de propulsão a jato de água oferecia uma capacidade de 25 nós de velocidade máxima e manobrabilidade apropriada para desviar de obstáculos naturais e dos disparos do inimigo. Tais embarcações operavam com equipes de quatro homens e chegaram a operar em número na quantidade de 250 PBRs pelo TF-116 (FIG. 8).

A Força-Tarefa de Patrulha realizava patrulhas fluviais na busca de vietcongues infiltrados na população, bem como contrabando, que transitavam pelo Delta do Mekong. As PBRs efetivamente interromperam os principais movimentos de tropas vietcongues, e interditaram as muitas linhas de abastecimento de água nas inúmeras vias navegáveis na Zona Especial Delta e Rung Sat. O tráfego fluvial fluiu sem ser desviado pelos vietcongues.

A TF-117 foi a força fluvial móvel conjunta entre Exército e a Marinha dos EUA. Tal força de ataque móvel conduziu operações de busca e destruição contra os Vietcongues pelas vias navegáveis do Delta.

Os esquadrões de assalto proporcionaram mobilidade tática na água. Uma série de meios navais com considerável quantidade de armamento e blindagem foram utilizados. Cada esquadrão era composto por navios monitores, embarcações para realização de C2, além de embarcações para patrulha e apoio.

Os Monitores, reconhecidos pela reforçada blindagem (FIG. 9) e quantidade expressiva de armamento, foram projetados para resistir e combater os vietcongues. Além das metralhadoras padrão .30, calibre .50 e 20 mm, o monitor carregava lançadores automáticos de granadas, um morteiro de 81 mm, um canhão de 40 mm, com possibilidade de instalação de um armamento de 105 mm em uma torre dianteira. Outros ainda possuíam armamento de lança-chamas instaladas. Para o exercício do comando e controle, foi utilizada a Embarcação de Comando e Controle (CCB), praticamente idêntica ao monitor, excetuando a maior robustez nos equipamentos de comunicação (FIG. 10). Assim, tanto as ações das tropas terrestres quanto as dos meios navais eram coordenadas, a fim de melhor realizar a movimentação das forças aliadas, terrestres e fluviais.

Finalizando, temos a Embarcação de Patrulha de Apoio (*Assault Support Patrol Boat* - ASPB). Tal embarcação foi especificamente projetada e construída para a realização de patrulha, varredura de minas e escolta, complementando, assim, as características e atuação dos meios navais.

Exemplificada a atuação e ressaltadas as características dos meios navais utilizados nas OpRib, foi verificada a importância do domínio e controle costeiro realizados pelos EUA. Além disso, constatamos o desenvolvimento das OpRib de maneira conjunta e organizadas sob um único comando. A adoção de operações conjuntas, aliadas ao bom funcionamento dos equipamentos de comunicação das CCB, foram fundamentais para a garantia do cumprimento da missão ao permitir uma coordenação estreita. Em complemento, ao tratarmos das características dos meios navais, percebemos que a quantidade de armamento, a blindagem e a

capacidade de desenvolver velocidades superiores às do oponente garantiram proteção e segurança, garantindo uma maior eficácia por ocasião do cumprimento das operações na região do Delta do Mekong.

5. CONCLUSÃO

A análise da região amazônica neste trabalho resultou no entendimento da importante ação de conciliar o desenvolvimento econômico à preservação ambiental, garantindo a integralidade e a manutenção da soberania e ordem. Nesse sentido, a MB exerce papel fundamental no que concerne à estratégia das Forças Armadas na garantia de manter a presença do Estado na região. Tal estratégia é fundamental para a garantia da soberania e da lei e da ordem, frente às novas ameaças apresentadas.

Em contrapartida, foi visto que algumas das características dos atuais Navios do ComFlotAM, principalmente relacionadas aos NPaFlu, são responsáveis pela redução da efetividade no cumprimento das tarefas contra as novas ameaças. Tais navios possuem mais de quarenta anos de serviço, desenvolvem velocidade inadequada, possuem pequena capacidade de transporte de tropas, necessitam de blindagem, desenvolvem baixa velocidade e são ineficientes no que tange às comunicações para realização de C2.

O emprego das LAR com fração da tropa embarcada, trouxe a possibilidade de, a partir dos navios, serem realizados reconhecimentos e infiltrações nas áreas aonde foi constatada a presença de inimigos e nos pontos críticos, de forma a garantir a passagem da Força com segurança, dessa maneira, configurou um ponto positivo.

Além disso, no campo doutrinário, tomado como exemplo o CDDCFN, poderíamos adotar um centro doutrinário voltado para as atividades afetas ao ambiente dos navios, principalmente, no caso deste estudo, em relação às OpRib.

Considerando a Guerra do Vietnã, tomada como elemento para comparação e extração de oportunidades de melhoria, foi observado que os vietcongues atuavam com extremo conhecimento do ambiente, o que propiciou ataques surpresa oriundos das margens.

A partir de tal atuação e ressaltadas as características dos meios navais utilizados nas OpRib estadunidenses, podemos verificar a importância do domínio e controle das margens,

bem como a utilização de embarcações de apoio para verificação de pontos críticos e adequada blindagem frente ao armamento utilizado pelo inimigo.

A grande interdependência entre os meios navais e o princípio consagrado das Operações Ribeirinhas (OpRib) de que o controle de hidrovias depende do controle das áreas terrestres que lhe são adjacentes e vice-versa, fazem com que o planejamento seja realizado com a participação de representantes de todos segmentos. A diversidade no cenário encontrado, principalmente no que tange a parte da costa do Vietnã até a área do Delta do Mekong, foi muito importante para a comparação com o encontrado na região amazônica estudada. A adoção de operações conjuntas sob um único comando, onde a interoperabilidade foi preponderante, foi primordial para a garantia do uso gradual da força sem comprometer a segurança de meios e militares.

Em complemento, ao tratarmos das características dos meios navais, percebemos que a quantidade de armamento, a blindagem e a capacidade de desenvolver velocidades superiores à do inimigo garantiram a proteção do próprio meio e dos militares componentes da tripulação dos meios navais dos EUA.

Assim, foi possível identificarmos que caminhos a MB poderá seguir, a fim de dar continuidade no cumprimento de sua nobre missão, na área de jurisdição do Com9ºDN.

REFERÊNCIAS

- ANA. Agência Nacional das Águas. *Região hidrográfica amazônica*. Site da ANA. Brasília, DF, 2018a. Disponível em: <<http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/as-12-regioes-hidrograficas-brasileiras/amazonica>>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- AZEVEDO, R. *Brasil é o segundo maior consumidor de cocaína das Américas, diz ONU*. 27 jun. 2008. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/brasil-e-o-segundo-maior-consumidor-de-cocaina-das-americas-diz-onu/>>. Acesso em: 05 jul. 2020.
- AZEVEDO, R. *Brasil 0 X 1 Inglaterra e o espírito de Ricardo III*. 6 fev. 2013. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/brasil-0-x-1-inglaterra-e-o-espírito-de-ricardo-iii/>. Acesso em: 22 jul. 2020.
- BARROS, A. R. DE. *O conceito de soberania no Methodus de Jean Bodin*. Discurso, v. 27, n. 1, p. 139-155, 9 jun. 1996. Disponível em: <http://filosofia.fflch.usp.br/sites/filosofia.fflch.usp.br/files/publicacoes/Discurso/Artigos/D27/D27_O_Conceito_de_Soberania.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2020.
- BECKER, B. A. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Gramond, 2006.
- BONAVIDES, P. A *Soberania*. In: Ciência Política. 10ª ed. revista, atualizada. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.p. 122-132.
- BRASIL. Marinha do Brasil. *Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Revista Marítima Brasileira*. v. 131 n. 01/03 jan./mar. 2011. Rio de Janeiro.
- BRASIL. Marinha do Brasil. *Estado-Maior da Armada. EMA-305: Doutrina Militar Naval*. Brasília, DF: MB, 2017a.
- BRASIL. Marinha do Brasil. *Estado-Maior da Armada. EMA-322: O Posicionamento da Marinha do Brasil nos Principais Assuntos de Interesse Naval*. Brasília, DF: MB, 2017a.
- BRASIL. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, DF: MD, 2017b.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade*. [2010]. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/amazonia>>. Acesso em: 18 jul. 2020.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Recursos Hídricos*. 2018. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/176-recursos-hidricos>>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- BRASIL. Marinha do Brasil. Comando da Flotilha do Amazonas. *Ordem do dia nº1/2020*. 2 jun. 2020.
- CAERD. Companhia de Águas e Esgotos do Estado de Rondônia. *Caerd faz alerta sobre consumo consciente da água em Rondônia; Três cidades terão 100% de abastecimento até o final deste ano*. 19 mai. 2018. Disponível em <<http://www.rondonia.ro.gov.br/caerd-faz-alerta-sobre-consumo-consciente-da-agua-em-rondonia-tres-cidades-terao-100-de-abastecimento-ate-o-final-deste-ano/>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

- CÔDO, D. D. *Operações Ribeirinhas na Amazônia Ocidental: Possibilidades de incremento da capacidade de controle das margens*. 2012. Monografia (apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores). Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2012.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. United States Navy. *Riverine Warfare: The U.S. Navy's Operations on Inland Waters*. 07 dec. 2018. Disponível em: <<https://www.history.navy.mil/research/library/online-reading-room/title-list-alphabetically/r/riverine-warfare-us-navys-operations-inland-waters.html>>. Acesso em: 11 jul. 2020.
- AMAZONIA. *Formação Socioeconômica da Amazônia*. [2020]. Disponível em <<http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/acervo-projetos-cartilhas-outros/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- INFOAMAZONIA. *Índice de Progresso Social na Amazônia*. [2020]. Disponível em <<https://infoamazonia.org/pt/projects/ips/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- ISHIDA, E. *Política de segurança integrada da Amazônia: utopia ou realidade?*. Santiago Dantas: [s.n], 2006.
- MACHADO, L. O. *O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose?* In: CASTRO, I. et al. (org). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- MAGNOLI, D. *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2006.
- NOGUEIRA, D. (Org.). *A Marinha na Amazônia Ocidental*. Brasília, DF: CCSM, 2016.
- ONU. *Carta das Nações Unidas*. 1965. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2020.
- PIMENTEL, G. R. *Entrevista no Centro de Estudos do CFN*. Rio de Janeiro, 10 fev. 2012.
- ROUSSEAU, J. J. *Jean Jacques. Rousseau e as Relações Internacionais*. Coleção Clássicos IPRI. São Paulo: Editora UNB, 2003. Disponível em: < http://funag.gov.br/biblioteca/download/177-Rousseau_e_as_Relacoes_Internacionais.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- SAVIO ALMEIDA NOGUEIRA, Domingos et al. *A Marinha na Amazônia Ocidental*. Brasília - DF: Centro de Comunicação Social da Marinha, 2017. 200 p.
- SCAVARDA, L. *História da Flotilha do Amazonas*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1968.
- VIDIGAL, A. A. F. *A Internacionalização da Amazônia*. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 121, n. 04/06, p. 81-99, abr/jun. 2002.
- VISACRO, A. *Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história*. São Paulo: Contexto, 2009.
- WEBNODE. *Relevo e geografia* [2020]. Disponível em < <https://geografia10.webnode.com.br/relevo-e-geologia/s/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ANEXO

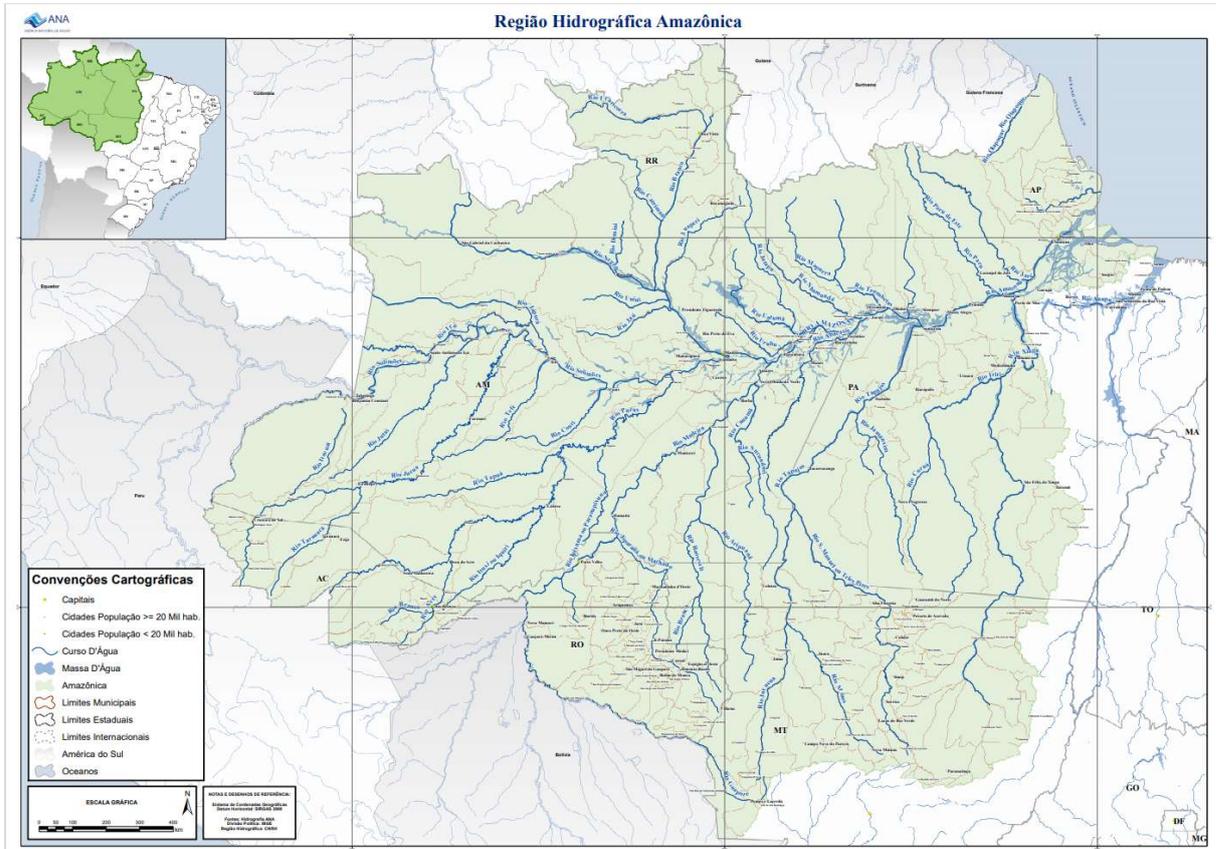


FIGURA 1 – Região hidrográfica amazônica
Fonte: ANA, 2018.



FIGURA 2 – NPaFlu Classe Pedro Teixeira

Fonte: Marinha do Brasil - Comando da Flotilha do Amazonas



FIGURA 3 – NPaFlu Classe Roraima

Fonte: Marinha do Brasil - Comando da Flotilha do Amazonas



FIGURA 4 – NAsH Classe Oswaldo Cruz

Fonte: Marinha do Brasil - Comando da Flotilha do Amazonas



FIGURA 5 – NAsH Classe Dr. Montenegro
Fonte: Marinha do Brasil - Comando da Flotilha do Amazonas



FIGURA 6 – NAsH Classe Soares de Meirelles
Fonte: Marinha do Brasil - Comando da Flotilha do Amazonas



FIGURA 7 - Militar da Marinha dos EUA guarnecendo uma metralhadora de calibre .50 de uma Lancha de Patrulha Fluvial (PBR) em uma hidrovia do Delta do Mekong.
Fonte: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2018.



FIGURA 8 – Lancha de Patrulha Fluvial (PBR) em uma hidrovia do Delta do Mekong.
Fonte: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2018.



FIGURA 9 - Coluna de embarcações blindadas da Marinha dos EUA, em uma patrulha no Delta do Mekong.

Fonte: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2018.



FIGURA 10 – A Embarcação de Comando e Controle (CCB) do Grupo de Tarefas 117.2 se prepara para atracar em Rach Soi, no Delta do Mekong.
Fonte: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2018.